

RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.986 - SC (2013/0358074-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO : ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : FERNANDO ALVES FILGUEIRAS DA SILVA E OUTRO(S)
- SC026054

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Ministério Público do Estado de Santa Catarina** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fl. 178):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ESTABELECIMENTO PRISIONAL. IRREGULARIDADES. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DECISÃO RECORRIDA DE IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. INCIDÊNCIA, CONTUDO, DE EXCEPCIONALIDADE QUANTO A OBRAS EMERGENCIAIS, EM REVERÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 216/220).

A parte recorrente aponta violação aos seguintes dispositivos da legislação federal:

(I) art. 535, II, do CPC/73, na medida em que o, o Tribunal *a quo* deixou de sanar a omissão relativa à aplicabilidade dos arts. 84, 85, 87, 88 e 91 da LEP, os quais estabelecem direitos básicos dos presos e objetivam proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado;

(II) arts. 84, 85, 87, 88 e 91, todos da Lei de Execução Penal, os quais dizem respeito à necessidade de o preso definitivo ficar separado daquele que esteja cumprindo provisoriamente a pena, além da necessidade de que se respeite a lotação compatível, a estrutura e a finalidade do estabelecimento prisional e a salubridade da cela. Aduz, ainda, que assegurar direitos e garantias fundamentais não se encontra na esfera de discricionariedade do administrador público. Acrescenta, também, que o princípio da

Superior Tribunal de Justiça

reserva do possível não pode ser oposto ao princípio do mínimo existencial, havendo, nas hipóteses em que se constatar omissão do poder público na preservação de direitos fundamentais consubstanciadores do núcleo do mínimo existencial, a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário.

O Ministério Público Federal opina pelo conhecimento e provimento do apelo nobre (fls. 319/326).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, já adianto que a pretensão não merece acolhimento. Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto ao mais, tampouco assiste razão ao recorrente. Isso porque, na hipótese vertente, o Tribunal de origem julgou improcedente o pedido veiculados pelo *Parquet*, pelos seguintes fundamentos (fls. 181/182):

Acerca da primeira parte (transferência de presos condenados e provisórios) insta dizer que o Presídio de Biguaçu não é uma instituição autônoma, ele integra o sistema estadual composto por todos os estabelecimentos prisionais.

Embora desejável o pretendido pelo Parquet, não há como, na senda do princípio da reserva do possível, atender a essa postulação.

Uma visão sistêmica presta-se para coarctar tal pretensão, porque colocaria o Presídio em tela em situação ideal, em detrimento de outros, que ficariam literalmente inadministráveis.

Superior Tribunal de Justiça

Conquanto deva-se reconhecer a legitimidade da preocupação do Ministério Público, imaginemos a possibilidade de, em todas as Comarcas onde há presídio, vir a ser adotada idêntica medida. Far-se-ia o que, se, como é ressabido, há um considerável déficit de vagas em todo o sistema?

Segue-se, como corolário, que, se, por um lado, o Promotor de Justiça age legitimamente em buscar melhores condições para o Presídio submetido à sua atuação funcional, o Julgador estadual há de ter uma visão holística, abrangendo todo o território barriga-verde, alicerçada no limite das possibilidades.

Adscrevo-me - e atrevo-me - a uma cogitação, ainda que na esfera hipotética, que me tem levado a refletir intensamente.

É que, assim como há comandos constitucionais protetivos a diversos direitos, por vezes de difícil concreção prática, igualmente há, na Constituição, preceptivo estabelecendo que "o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população (art. 93, XIII, CF).

Impõe-se a seguinte indagação: seria razoável albergar-se eventual demanda judicial para o fim de impor o aumento do número de juízes em determinada comarca assoberbada de demandas, conquanto outras tantas também o estivessem, possivelmente em situação ainda mais calamitosa? E se o Tribunal de Justiça não dispusesse de "estoque" de magistrados e nem de recursos financeiros para tal fim?

A resposta, parece-me, deveria ser negativa, à luz da razoabilidade.

Enfim, esse ponto da postulação exordial imerce guardada.

Assim, ao que se observa, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia sob enfoque eminentemente constitucional, invocando, para solução da demanda, a aplicação dos princípios da reserva do possível e da razoabilidade. Trata-se, portanto, de matéria insuscetível de ser examinada em sede de recurso especial. No mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIA EM LOGRADOUROS NÃO CADASTRADOS. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE PORTARIA. ATO NORMATIVO NÃO INSERIDO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL.

ACÓRDÃO BASEADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA MATÉRIA, NO MÉRITO, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS

Superior Tribunal de Justiça

AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73. II. Trata-se, na origem, de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal, objetivando determinar que a ECT realize a entrega domiciliar de correspondências a todos os cidadãos residentes na Subseção Judiciária de Blumenau/SC. O Tribunal de origem manteve a sentença, que julgara procedente, em parte, o pedido, para "condenar a requerida, a promover anualmente junto aos órgãos competentes dos Municípios desta Subseção levantamento das vias regularizadas nos respectivos perímetros urbanos e proceder aos trâmites administrativos internos para inclusão de tais vias públicas no âmbito da entrega domiciliária, inclusive com divulgação da implantação de tal sistema entre a população atingida/beneficiada pela inclusão, sem prejuízo de outras iniciativas administrativas de coleta de informações com objetivo de, observadas as restrições da Portaria nº 311/98 do Ministério das Comunicações ou do normativo que a vier a substituir/revogar, ampliar a entrega domiciliária na Subseção Judiciária de Blumenau".

III. Na forma da jurisprudência, "o apelo nobre não constitui via adequada para análise de ofensa a resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão "lei federal", constante da alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal" (STJ, REsp 1.613.147/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2016).

IV. O Tribunal de origem decidiu a controvérsia, acerca da aplicabilidade do princípio da reserva do possível, sob o enfoque eminentemente constitucional, o que torna inviável a análise da questão, no mérito, em sede de Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência do STF. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 584.240/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/12/2014; AgRg no REsp 1.473.025/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/12/2014).

V. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo, no sentido de que "a solução adotada pelo Julgador de Primeiro Grau atende às necessidades da coletividade abrangida pela presente Ação Civil Pública, sem onerar excessivamente a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT", não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1213902/SC, Rel. Ministra ASSUSETE

Superior Tribunal de Justiça

MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/05/2018,
DJe 29/05/2018)

AGRAVOS REGIMENTAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE PRESOS QUE EXCEDAM O LIMITE DE LOTAÇÃO DE CADEIA PÚBLICA E DESTINAÇÃO EXCLUSIVA À CUSTÓDIA DE PRESOS PROVISÓRIOS. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DE ESPECIAL POR ESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. DECISÃO MANTIDA.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. Trata-se de ação civil pública intentada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo o objetivando compelir a Fazenda Pública do mesmo estado a proceder à remoção de todos os presos excedentes à lotação máxima considerada para a Cadeia Pública de Serra Negra e a destinar tal cadeia exclusivamente à custódia de presos provisórios.

3. Ausência de prequestionamento. Súmula 211/STJ.

4. Ademais, o acórdão proferido pelo Tribunal a quo denegou o pedido sob o fundamento de que não seria possível a intervenção judicial na implementação de políticas públicas especificamente para a questão carcerária, em razão: i) da separação dos poderes; ii) da natureza dos direitos sociais, apesar do princípio da dignidade da pessoa humana; iii) do princípio da reserva do possível. Tendo o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com base em fundamentos eminentemente constitucionais, não cabe à esta Corte examinar a matéria em Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1323250/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 19/03/2015)

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

